



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVIII — Nº 105

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 1963

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 13, 20, 22 e 27 de agosto do ano em curso as 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 138, de 1963, na Câmara e nº 31, de 1963, no Senado, que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares.

Senado Federal, em 23 de julho de 1963

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente no exercício da Presidência

O Sr. Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizarem-se no dia 27 de agosto do ano em curso as 21 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados e sem prejuízo da matéria já designada para a mesma sessão, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 1.149-B, de 1960, na Câmara e nº 65, de 1960 no Senado, que autoriza a constituição de uma companhia hidro-élétrica no Estado da Paraíba.

Senado Federal, em 24 de julho de 1963.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 1963

Nomeia para o cargo de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado, o Taquígrafo-Revisor, José Campos Brício

Artigo único. É nomeado, de acordo com o art. 85, letra c, item 2, do Regimento Interno, combinado com o art. 75, item IV, letra a, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Diretor, PL-1, o Taquígrafo-Revisor, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, José Campos Brício.

Senado Federal, em 1 de agosto de 1963.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD — SP).
Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).
Primeiro-Secretário — Ruy Palmeira (UDN — AL).
Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GB).
Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB — ACRE).
Quarto-Secretário — Catele Pinheiro (PTN — PA).
Primeiro Suplente — Joaquim Parente (UDN — PI).
Segundo Suplente — Guido Mondim (PSD — RS).
Terceiro Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Guimard — Acre (em exercício o Suplente — José Kairala).
2. Lobão da Silveira — Pará.
3. Eugênio Barros — Maranhão.

4. Sebastião Archer — Maranhão.
5. Victorino Freire — Maranhão.
6. Sigefredo Pacheco — Piauí.
7. Menezes Pinheiro — Ceará.
8. Wilson Gonçalves — Ceará.
9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte (em exercício o Suplente — Manoel Villaga do PTB).
10. Ruy Carneiro — Paraíba.
11. Leite Neto — Sergipe.
12. Antônio Balbino (em exercício o suplente — Eduardo Catalão do PTB) — Bahia.
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
14. Gilberto Marinho — Guanabara.
15. Moura Andrade — São Paulo.
16. Atílio Fontana — Santa Catarina.
17. Guido Mondim — R. G. Sul.
18. Benedito Valladares — Minas Gerais.
19. Filinto Miller.
20. José Peliciano — Goiás.
21. Juscelino Kubitschek — Goiás.
22. Pedro Ludovico — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA

(PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Passos — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.

4. Edmundo Levi — Amazonas.
6. Antonio Juca — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado (em exercício o Suplente, José Bezerra) — R. G. Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
11. José Ermirio — Pernambuco.
12. Silvestre Pericles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro (em exercício o Suplente Gouvêa Vieira).
14. Nelson Maculan — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná em exercício o suplente Melo Braga.
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
17. Bezerra Neto (em exercício o Suplente Gastão Muller).

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

1. Zacarias de Assunção — Pará.
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Candido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte em exercício o Suplente Cortês Pereira.
5. João Agripino (em exercício o Suplente Domicio Gondim) — Paraíba.
6. Rui Palmeira — Alagoas.
7. Eurico Rezende — Espírito Santo.
8. Afonso Arinos — Guanabara.
9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina.
13. Daniel Krieger — R. G. Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

PARTIDO LIBERTADOR

(PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — R. G. Sul.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

(PTN)

1. Catele Pinheiro — Pará.
2. Lipo de Maio — São Paulo.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

(PSP)

1. Raul Giuberti — Espírito Santo.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

(PSB)

1. Aurélio Tiana — Guanabara.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

(MTR)

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

PARTIDO REPUBLICANO

(PR)

1. Júlio Leite (em exercício o suplente Dylton Costa) — Sergipe.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO

(PDC)

1. Arnon de Melo — Alagoas.

SEM LEGENDA

1. Isaphat Marinho — Bahia.
2. Horbaldio Vieira — Sergipe.

RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15
Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista	

(P S P)	2
Partido Socialista Brasileiro (P S B)	1
Partido Republicano (P R.)	1
Partido Democrata-Cristão (C. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	64
Total	66

BLOCOS PARTIDARIOS

1º - Maioria (39 Membros):

PSD

PTB

2º - Minoria (17 Membros):

UDN

PL

3º - Pequenas Representações (9 Membros):

PTN

PSP

PSB

MTR

PR

PDC

Josaphat Marinho (Sem Legenda)

LIDERANÇAS**I - DOS BLOCOS PARTIDARIOS MAIORIA***Lider:*

Barros Carvalho - (PTB - PE)

Vice-Líderes:

Victorino Freire - (PSD - MA)

Vasconcelos Fôrres - (PTB RJ)

Jefferson de Aguiar - (PSD - ES)

Lobão da Silveira - (PSD - PA)

MINORIA*Lider*

João Agripino - (UDN - PB)

Vice-Líderes

Daniel Krieger - (UDN - RS)

Mem de Sá - (PL-RS)

PEQUENAS REPRESENTAÇÕES*Lider*

Lino de Matos - (PTN - SP)

Vice-Lider

Aurélio Viana - (PSB - GB)

II - DOS PARTIDOS**PSD**

Benedicto Valladares - (MG)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves - (CE)

Siegfredo Pacheco - (PI)

Walfredo Gurgel - (RG)

PTB*Lider*

Artur Virgílio - (AM)

Vice-Líderes

Amaury Silva - (PR)

Vivaldo Lima - (AM)

Bezerra Neto - (MT)

UDN*Lider*

Daniel Krieger - (RS)

Vice-Líderes

Eurico Rezende - (ES)

Padre Calazans - (SP)

Adolfo Franco - (PR)

PL*Lider*

Mem de Sá - (RS)

Vice-Lider

Aloysio de Carvalho - (BA)

PTN

Lino de Matos - (SP)

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**SEÇÃO II**

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS**REPARTIÇÕES E PARTICULARES****Capital e Interior**

Semestre Cr\$ 50,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS**Capital e Interior**

Semestre Cr\$ 39,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50

Vice-Lider

Catete Pinheiro - (PA)

PSP*Lider*

Miguel Couto - (RJ)

Vice-Lider

Raul Giuberto - (ES)

COMISSÕES PERMANENTES**Comissão Diretora**

Moura Andrade - Presidente (PSD)

Nogueira da Gama - (PTB)

Adalberto Sena (PTB)

Rui Palmeira (UDN)

Gilberto Marinho (PSD)

Cattete Pinheiro (PTN)

Joaquim Parente (UDN)

Guido Mondim (PSD)

Vasconcelos Torres (PTB)

Comissão de Agricultura**SETE MEMBROS**

Presidente — Vago.

Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD).

COMPOSIÇÃO**P.S.D.****TITULARES**

Eugênio Barros.

José Feliciano.

SUPLENTE

1. Atilio Fontana.

2. Pedro Ludovico.

P.T.B.**TITULARES**

Nelson Maculan (licenciado).

Dix-Huit Rosado (licenciado).

Raul Giuberti.

SUPLENTE

1. Eduardo Catalão (*).
2. Aarão Steinbruch (**).
3. Vago.

U.D.N.**TITULARES**

Lopes da Costa.

Antônio Carlos.

SUPLENTE

1. Daniel Krieger.
2. João Agripino (licenciado).

SUBSTITUTOS

Domício Gondim.

Reuniões

Quartas-feiras, às 16 horas.

Secretário

J. Ney Passos Dantas.

(*) Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.

(**) Em substituição ao Senhor Dix-Huit Rosado, como titular.

Comissão de Constituição e Justiça

Presidente — Milton Campos (UDN).

Vice-Presidente — Wilson

Gonçalves (PSD).

COMPOSIÇÃO**P.S.D.****TITULARES**

Jefferson de Aguiar.

Ruy Carneiro.

Lobão da Silveira.

Wilson Gonçalves.

Josaphat Marinho.

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel.
2. Leite Neto.
3. Benedicto Valladares.
4. Aarão Steinbruch
5. Heribaldo Vieira.

P.T.B.**TITULARES**

Amaury Silva (licenciado).
Bezerra Neto (licenciado).
Arthur Virgílio.

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo (*).
2. Silvestre Péricles (**).
3. Edmundo Levi.

SUBSTITUTO

Melo Braga.

A designar.

U.D.N.**TITULARES**

Aloysio de Carvalho.
Eurico Rezende.
Milton Campos.

SUPLENTE

1. Afonso Arinos.
2. Daniel Krieger.
3. João Agripino (licenciado).

SUBSTITUTO

Domício Gondim.

Reuniões

Quartas-feiras, às 16 horas.

Secretário

Ronaldo Ferreira Dias.

(*) Em substituição do Senhor Amaury Silva, como titular.

(**) Em substituição ao Senhor Bezerra Neto, como titular.

Comissão do Distrito Federal**SETE MEMBROS**

Presidente — Lino de Matos (p/PSD)

Vice-Presidente — Pedro Ludovico (PSD)

COMPOSIÇÃO**P.S.D.****TITULARES**

Menezes Pimentel.
Pedro Ludovico.
Lino de Matos.

SUPLENTE

1. Filinto Müller.
2. Eugênio Barros.
3. Heribaldo Vieira.

P.T.B.**TITULARES**

Oscar Passos.
Dix-Huit Rosado (licenciado).

SUPLENTE

1. Aarão Steinbruch (*).
2. Antônio Jucá.

SUBSTITUTOS

1. A designar.

U.D.N.**TITULARES**

Dinarte Mariz (licenciado).
Eurico Rezende.

SUPLENTE

1. Lopes da Costa (**).
2. Zacarias de Assunção.

SUBSTITUTOS

1. Cortez Pereira.

Reuniões

Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretário

Julieta Santos.

(*) Em substituição do Senhor Dix-Huit Rosado, como titular.

(**) Em substituição ao Senhor Dinarte Mariz, como titular.

Comissão de Economia

(9 MEMBROS)

Presidente — Filinto Müller (PSD)

Vice-Presidente — Eduardo Catalão (PTB)

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Filinto Müller
Eugênio Barros
Atilio Fontana
José Guimard (licenciado)

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar (*)
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer
4. Josephat Marinho

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

PTB**TITULARES**

Eduardo Catalão
Nelson Maculan (licenciado)
Júlio Leite (licenciado)

SUPLENTE

1. Oscar Passos (**)
2. Bezerra Neto (licenciado)
3. José Ermírio (***)

SUBSTITUTOS

1. Gouvêa Vieira
2. Melo Braga
3. ... A indicar

UDN**TITULARES**

Adolfo Franco
Lopes da Costa

SUPLENTE

1. José Cândido
2. Zacarias de Assunção

(*) — Em substituição ao Sr. José Guimard, como titular.

(**) — Em substituição ao Sr. Nelson Maculan, como titular.

(***) — Em substituição ao Sr. Júlio Leite, como titular.

Reuniões: terça-feiras — 16.00 horas
Secretário: Cid Brügger

Comissão de Educação e Cultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel — (PSD)

Vice-Presidente — Padre Calazans — (UDN)

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Menezes Pimentel
Walfredo Gurgel (licenciado)

SUPLENTE

1. Benedicto Valladares (*)
2. Sigefredo Pacheco

SUBSTITUTOS

1. Leite Neto

PTB**TITULARES**

Pessoa de Queiroz
Amaury Silva (licenciado)

SUPLENTE

1. Gouvêa Vieira (**)
2. Manoel Vilaga

UDN**TITULARES**

Antônio Carlos
Padre Calazans
Mem de Sá

SUPLENTE

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Arnon de Melo

(*) — Em substituição ao Sr. Walfredo Gurgel, como titular.

(**) — Em substituição ao Senhor Amaury Silva, como titular.

Reuniões: 4ªs-feiras — 15.00 horas
Secretaria: Vera de Alvarenga Ma-

fra

Comissão de Finanças

(45 MEMBROS)

Presidente — Argemiro de Figueiredo — (PTB)

Vice-Presidente — Daniel Krieger — (UDN)

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigefredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Leite Neto

SUPLENTE

1. José Guimard (licenciado)
2. Eugênio Barros
3. Menezes Pimentel
4. Atilio Fontana
5. Pedro Ludovico

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

PTB**TITULARES**

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto (licenciado)
Dix-Huit Rosado (licenciado)
Pessoa de Queiroz
Eduardo Catalão

SUPLENTE

1. Nelson Maculan (licenciado)
2. Lino de Matos (*)
3. Amaury Silva (licenciado)
4. Aurélio Vianna (**)
5. Antônio Jucá

SUBSTITUTOS

1. Edmundo Levi
2. José Ermírio
3. Melo Braga

UDN**TITULARES**

Daniel Krieger
Dinarte Mariz (licenciado)
Irineu Bornhausen
Lopes da Costa

SUPLENTE

1. Adolfo Franco (***)
2. Eurico Rezende
3. João Agripino (licenciado)
4. Milton Campos

SUBSTITUTOS

1. Cortez Pereira

PL

2. Domicio Gondim

Mem de Sá

SUPLENTE

1. Aloysio de Carvalho

(*) — Em substituição ao Sr. Bezerra Neto, como titular.

(**) — Em substituição ao Sr. Dix-Huit Rosado, como titular.

(***) — Em substituição ao Sr. Dinarte Mariz, como titular.

Reuniões: 4ªs-feiras — 10.00 horas
Secretário: Cid Brügger

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente — Vivaldo Lima (PTB).
Vice-Presidente — Ruy Carneiro (PSD).**COMPOSIÇÃO****PSD****TITULARES**

Ruy Carneiro.
Walfredo Gurgel (licenciado).
José Guimard (licenciado).
Raul Giuberti.

SUPLENTE

1. Leite Neto.
1. Leite Neto (*).
2. Lobão da Silveira (**).
3. Eugênio Barros.
4. Júlio Leite (licenciado).

SUBSTITUTOS

1. Atilio Fontana.
2. José Kairala.
3. Dylton Costa.

PTB**TITULARES**

Amaury Silva (licenciado).
Heribaldo Vieira.
Vivaldo Lima.

SUPLENTE

1. Aurélio Vianna (***)
2. Pessoa de Queiroz.
3. Antônio Jucá.

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga.

UDN**TITULARES**

Eurico Rezende.
Antônio Carlos.

SUPLENTE

1. Lopes da Costa.
2. Zacarias de Assunção.

(*) — Em substituição ao Senhor Walfredo Gurgel, como titular.

(**) — Em substituição ao Senhor José Guimard, como titular.

(***) — Em substituição ao Senhor Amaury Silva, como titular.

Reuniões: 4ªs-feiras às 16 horas.
Secretaria: Vera de Alvarenga Ma-

fra.

Comissão do Polígono das Sêcas

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD).
Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSB).**COMPOSIÇÃO****PSD****TITULARES**

Wilson Gonçalves.
Ruy Carneiro.

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco.
2. Leite Neto.

PTB**TITULARES**

Dix-Huit Rosado (licenciado).
Heribaldo Vieira.
Aurélio Vianna.

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo (*).
2. Arnon de Melo.
3. Júlio Leite (licenciado).

SUBSTITUTOS

1. José Ermírio.
2. Antônio Jucá.

UDN**TITULARES**

Dinarte Mariz (licenciado).
José Cândido.

SUPLENTE

1. João Agripino (licenciado).
2. Lopes da Costa (**).

SUBSTITUTOS

1. Cortez Pereira.
2. Domicio Gondim.

(*) — Em substituição ao Senhor Dix-Huit Rosado, como titular.

(**) — Em substituição ao Senhor Dinarte Mariz, como titular.

Reuniões: 5ªs-feiras — 16 horas.
Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Comissão de Redação

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB).

Vice-Presidente — Padre Calazans (UDN).

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Walfredo Gurgel (licenciado).
Sebastião Archer.

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira (*).
2. José Feliciano.

SUBSTITUTOS

1. Menezes Pimentel.

PTB**TITULAR**

Dix-Huit Rosado (licenciado).

SUPLENTE

Heribaldo Vieira (**).

SUBSTITUTO

José Bezerra.

UDN**TITULAR**

Padre Calazans.
Júlio Leite (licenciado).

SUPLENTE

1. João Agripino (licenciado).
2. Josephat Marinho (**).

SUBSTITUTO

1. Domicio Gondim.
2. Daniel Krieger.

(*) — Em substituição ao Senhor Walfredo Gurgel, como titular.

(**) — Em substituição ao Senhor Dix-Huit Rosado, como titular.

(***) — Em substituição ao Senhor Júlio Leite, como titular.

Reuniões: 4ªs-feiras às 16 horas.
Secretaria: Sarah Abrahão.

Comissão de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD).

Vice-Presidente — Pessoa de Queiroz (PTB).

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Jefferson de Aguiar
Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
2. Ruy Carneiro
3. José Guimard (licenciado)
4. Victorino Freire

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

PTB**TITULARES**

Pessoa de Queiroz
Vivaldo Lima
Eduardo Catalão

SUPLENTE

1. Oscar Passos
2. Argemiro de Figueiredo
3. Antônio Jucá

UDN**TITULARES**

Antônio Carlos
José Cândido
Padre Calazans
Arnon de Melo

SUPLENTE

1. Daniel Krieger
2. Enrico Rezende
3. João Agripino (licenciado)
4. Mem de Sá

SUBSTITUTO

1. Domício Gondim

Reuniões: 5ªs feiras — 15.00 horas.
Secretário: J. B. Gastejon Branco

Comissão de Saúde

(5 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa (UDN)
Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Pedro Ludovico
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Eugênio Barros
2. Walfredo Gurgel (licenciado)

SUBSTITUTO

1. José Feliciano

PTB**TITULARES**

Dix-Huit Rosado (licenciado)

SUPLENTE

Antônio Jucá (*)

SUBSTITUTO

José Bezerra

UDN**TITULAR**

Lopes da Costa

SUPLENTE

Dinarte Mariz (licenciado)

SUBSTITUTO

José Cortez

PSP**TITULAR**

Miguel Couto

SUPLENTE

Raul Guiberti

(*) — Em substituição ao Sr. Dix-Huit Rosado, como titular.

Reuniões: Quintas-feiras — 15.00 horas.

Secretário: Eduardo Rui Barbosa

Comissão de Segurança Nacional

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN)
Vice-Presidente — Silvestre Péricles (PTB)

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

José Guimard (licenciado)
Victorino Freire

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro (*)
2. Atílio Fontana

SUBSTITUTO

1. José Kairala

PTB**TITULARES**

Silvestre Péricles
Oscar Passos

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (licenciado)
2. Eduardo Catalão

SUBSTITUTOS

1. ... A designar

UDN**TITULARES**

Irineu Bornhausen
Zacarias de Assunção

SUPLENTE

1. Adolfo Franco
2. Enrico Rezende

PSP**TITULAR**

Raul Guiberti

SUPLENTE

1. Miguel Couto

(*) — Em substituição ao Sr. José Guimard, como titular.

Reuniões: 5ªs feiras — 16.00 horas
Secretário: Alexandre Pfaender

Comissão de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Péricles (PTB)
Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Leite Neto

Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Victorino Freire
2. Benedicto Valladares

PTB**TITULARES**

Silvestre Péricles
Nelson Maculan (licenciado)

SUPLENTE

1. Eduardo Catalão (*)
2. Edmundo Levi

SUBSTITUTOS

1. ... A designar

UDN**TITULARES**

Antônio Carlos
Padre Calazans

SUPLENTE

1. Dinarte Mariz (licenciado)
2. Lopes da Costa

SUBSTITUTOS

1. Cortez Pereira

PL**TITULAR**

Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Mem de Sá

(*) — Em substituição ao Sr. Nelson Maculan, como titular.

Reuniões: 3ªs feiras — 16.00 horas
Secretário: J. Ney Passos Dantas

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente — José Feliciano (PSD)
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN)

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

José Feliciano
Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Elinto Müller

PTB**TITULARES**

Bezerra Neto (licenciado)
Lino de Matos

SUPLENTE

1. Silvestre Péricles (*)
2. Miguel Couto

SUBSTITUTO

1. José Ermírio

UDN**TITULAR**

Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Zacarias de Assunção

(*) — Em substituição ao Sr. Bezerra Neto, como titular.

Reuniões: 4ªs feiras — 16.00 horas

Secretário: Alexandre Pfaender

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961

(Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal)

— organização administrativa do Distrito Federal;

— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda destinada aos Municípios.

Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs. Senadores:
Barros Carvalho — designado em 30-2-1962.

Nelson Maculan — designado em 15-5-1962;

Lobão da Silva — designado em 23-4-1963.

Lopes da Costa — designado em 29-10-1962.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61;

Até 15-12-1963 — Requerimento número 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.
2. Lobão da Silva — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedicto Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Nelson Maculan — PTB.
7. Silvestre Péricles — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961

Altera o § 1º do art. 191 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-6-62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silva.

Wilson Gonçalves, e

Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 610-61, aprovado em 14-12-1961;

Até 15-12-1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silva — Relator — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedicto Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Péricles — Relator — PTB.
7. Amaury Silva — PTB.

8. Nogueira da Gama — PTB.

9. Barros Carvalho — PTB.

10. Daniel Krieger — UDN.

11. Lopes da Costa — UDN.

12. Milton Campos — UDN.

13. Ruy Palmeira — UDN.

14. Heribaldo Vieira — UDN.

15. Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.

16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961

Dá nova redação ao item II do art. 95 da Constituição Federal.

(Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes)

Eleita em 27-6-1961, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;

Lobão da Silva, designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-1961;

Até 15-12-1963 — Requerimento número 779-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silva — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedicto Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Péricles — PTB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1961

Dá nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente o aprovar o estabelecimento, rompimento e tratamento de relações diplomáticas com países estrangeiros).

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondim — designado em 29 de outubro de 1962;

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963.

Enrico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 28 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 607-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

riu com o das provas recolhidas. Depois de cerrados os cartões de identificação na presença dos candidatos, pelos membros da Banca Examinadora, foram rubricadas as provas. Concluíram-se, assim, sem qualquer anormalidade, os trabalhos da prova de Francês e Inglês do Concurso Público para Taquígrafo de Debates da Secretaria do Senado Federal, às dezesseis horas e quinze minutos, e eu, Antônio de Araújo Costa, servindo de secretário, para constar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos Membros da Banca Examinadora e por mim. Diretoria da Taquígrafia, aos vinte de julho de mil novecentos e sessenta e três. — *Guido Mondin — Glória Fernandina Quintela — Antônio de Araújo Costa.*

ATA DOS TRABALHOS DA PROVA DE HISTÓRIA GERAL, HISTÓRIA DO BRASIL, GEOGRAFIA E CULTURA GERAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA TAQUÍGRAFO DE DEBATES DA SECRETARIA DO SENADO FEDERAL.

Aos vinte e um de julho de mil novecentos e sessenta e três, na Diretoria da Taquígrafia, em Brasília, realizou-se a prova de História Geral, História do Brasil, Geografia e Cultura Geral, do Concurso Público de Taquígrafo de Debates, início de carreira, da Secretaria do Senado Federal, para preenchimento de vagas existentes no Quadro. Presentes os Senhores Senador Guido Mondin, Presidente da Banca Examinadora, Glória Fernandina Quintela, Diretora de Publicações, e José Campos Brício, Diretor da Taquígrafia, examinadores, e Antônio de Araújo Costa, secretário, às oito horas teve início a prova com a chamada nominal dos candidatos, de acordo com a relação publicada no *Diário do Congresso*, Seção II, de treze de julho de mil novecentos e sessenta e três, e *Diário Oficial*, de quinze de julho de mil novecentos e sessenta e três. Responderam à chamada, assinando a lista de presença, depois de identificados, os sete candidatos habilitados nas provas anteriores. Distribuiu-se entre os candidatos o material da prova, mimeografado, constante de testes, iniciando, às oito horas e trinta minutos, o prazo de duas horas concedido pelas instruções para sua realização. Antes de decorrido o prazo regulamentar, alguns candidatos fizeram a entrega de suas provas e, dado o sinal de esgotado o tempo, foram os demais candidatos entregando suas provas, assinando a lista de entrega que contou com sete assinaturas, número que conferiu com o das provas recolhidas. Depois de cerrados os cartões de identificação na presença dos candidatos, pelos membros da Banca Examinadora, foram rubricadas as provas. Concluíram-se, assim, os trabalhos da prova de História Geral, História do Brasil, Geografia e Cultura Geral do Concurso Público para Taquígrafo de Debates da Secretaria do Senado Federal, e, para constar, eu, Antônio de Araújo Costa, servindo de secretário, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos membros da Banca Examinadora e por mim. Diretoria da Taquígrafia, aos vinte e um de julho de mil novecentos e sessenta e três. — *Guido Mondin — José Campos Brício — Glória Fernandina Quintela — Antônio de Araújo Costa.*

ATA DOS TRABALHOS DA PROVA DE PLENÁRIO DO CONCURSO PÚBLICO PARA TAQUÍGRAFO DE DEBATES DA SECRETARIA DO SENADO FEDERAL.

Aos vinte e dois dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e

três, no Plenário do Senado Federal, em Brasília, realizou-se a prova de Plenário do Concurso Público para Taquígrafo de Debates, início de carreira, da Secretaria do Senado Federal para preenchimento de vagas existentes no Quadro. Presentes os Senhores Senador Guido Mondin, Presidente da Banca Examinadora, Glória Fernandina Quintela, Diretora de Publicações, e José Campos Brício, Diretor da Taquígrafia, examinadores, e Antônio de Araújo Costa, secretário, às quatorze horas e trinta minutos, teve início a prova com a chamada nominal dos candidatos, de acordo com a relação publicada no *Diário do Congresso*, Seção II, de treze de julho de mil novecentos e sessenta e três, e *Diário Oficial*, de quinze de julho de mil novecentos e sessenta e três. Responderam à chamada, assinando a lista de presença, depois de identificados, os sete candidatos habilitados nas provas anteriores. Ocupados pelos candidatos, em Plenário, os lugares sorteados, a seguir teve início o apanhamento taquígrafico, durante quinze minutos, em "quartos" de cinco minutos, respectivamente, dos discursos proferidos pelos Senhores Senadores Filinto Müller, Guido Mondin e José Feliciano. Concluído o apanhamento, foram os candidatos encaminhados às máquinas para a decifração, as quais, experimentadas, não apresentaram defeitos. Distribuídas as folhas necessárias entre os candidatos, às dezesseis horas e quarenta minutos, teve início a decifração. Antes de decorrido o prazo de três horas concedido pelas instruções, todos os candidatos fizeram entrega de suas provas, acompanhadas das respectivas notas taquígráficas, assinando a lista de entrega que contou com sete assinaturas, número que conferiu com o das provas recolhidas. Depois de cerrados os cartões de identificação na presença dos candidatos, pelos membros da Banca Examinadora foram rubricadas as provas. Transcorreu a prova sem que nenhuma anormalidade se verificasse. Concluíram-se, assim, os trabalhos da prova de Plenário do Concurso Público para Taquígrafo de Debates da Secretaria do Senado Federal, às dezenove horas e trinta minutos; e, para constar, eu, Antônio de Araújo Costa, servindo de secretário, lavrei a presente ata, que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos membros da Banca Examinadora e por mim. Diretoria da Taquígrafia, aos vinte e dois de julho de mil novecentos e sessenta e três. *Guido Mondin — José Campos Brício — Glória Fernandina Quintela — Antônio de Araújo Costa.*

Comissão de Economia

Relatório correspondente ao mês de junho

Número de reuniões: 1.

Projetos relatados: 1.

Relatório correspondente ao mês de julho

Número de reuniões: 6

Projetos relatados:

PLC: 3

PLS: 2

Mensagem: 7

Comissão de Finanças

Relatório correspondente ao mês de maio

Número de reuniões: 7.

Projetos relatados:

PLC: 17.

PLS: 3.

FDL: 5.

Mensagem: 1.

Ofício: 1.

Ofícios recebidos: 1.

Relatório correspondente ao mês de junho

Número de reuniões: 6

Projetos relatados:

PLC: 3.

PLS: 4.

Relatório correspondente ao mês de julho

Número de reuniões: 7

Projetos relatados:

PR: 2

PLC: 6.

ATA DA 116ª SESSÃO, EM 1 DE AGOSTO DE 1963 — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5ª LEGISLATURA

PRESIDENCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE — ADALBERTO SENA E GILBERTO MARINHO.

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.

Cattete Pinheiro

Lobão da Silveira.

Menezes Pimentel.

Manoel Vilaga.

Salviano Leite.

Domélio Gondim.

Pessoa de Queiroz.

Emílio de Moraes.

Silvestre Péricles.

Arnon de Melo.

Josaphat Marinho.

Jefferson de Aguiar.

Raul Giuberti.

Aarão Steinbruch.

Gouvêa Vieira.

Benedicto Valadares.

Nogueira da Gama.

Padre Calazans.

Moura Andrade.

José Feliciano.

Pedro Ludovico.

Gastão Müller.

Acilpho Franco.

Atílio Fontana.

Guido Mondin.

Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE.

A lista de presença acusa o comparecimento de 27 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

Aviso nº AP-43, de 25 de julho, do Sr. Ministro da Indústria e Comércio — Comunica haver encaminhado à SUNAB o Requerimento de Informações nº 57, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto.

Ofício nº 3.239, de 24 de julho, do Presidente da Confederação Nacional da Indústria — Transmite o pronunciamento daquela entidade contrário à aprovação do Projeto de Lei que regula as atividades dos agentes comerciais autônomos.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Sobre a mesa requerimentos de informações, que vão ser lidos.

São lidos os seguintes:

Requerimento nº 527, de 1963

Sr. Presidente,

Requeiro, regimentalmente, se oficie ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S.A., para que informe se atenderá ou não ao pedido de financiamento da Fábrica Nacional de Alcaçis, para que possa superar a crise que ora atravessa.

Brasília, em 1 de agosto de 1963 — *Aarão Steinbruch.*

Requerimento nº 528, de 1963

Sr. Presidente,

Requeiro, regimentalmente, se oficie ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, para informar porque até a presente data não foi instalado no Município Fluminense de Volta Redonda, um Posto do SAMDU, de vez que essa instalação já foi autorizada há muitos meses, pela Presidência da República?

Sala das Sessões, em 1 de agosto de 1963. — *Aarão Steinbruch.*

Requerimento nº 529, de 1963

Sr. Presidente,

Requeiro, regimentalmente, se oficie ao Sr. Presidente da Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil Sociedade Anônima (CAEX), para informar o seguinte:

1) A quantas toneladas de "barrilha" foram concedidas licença de importação no ano de 1962, até a presente data, e se foi ouvido na oportunidade, o Ministério da Guerra e a Fábrica Nacional de Alcaçis.

2) Se é possível revogar licenças já concedidas cujo material ainda não foi desembarcado no país?

Justificação.

Atravessa a Fábrica Nacional de Alcaçis, grave crise, devido a importação de barrilha de procedência estrangeira.

Justo e que, enquanto é tempo, se revogue a licença de material ainda não desembarcado no país.

Sala das Sessões, em 1 de agosto de 1963. — *Aarão Steinbruch.*

Requerimento nº 530, de 1963

Sr. Presidente,

Conforme o regimento requeiro a V. Exª, solicitar do Sr. Ministro do Trabalho as seguintes informações:

1º) Se já foi criado em Colatina, Estado do Espírito Santo, o Posto do S.A.M.D.U.

2º) Se criado, por que ainda não foi instalado.

Sala das Sessões, 1 de agosto de 1963. — *Raul Giuberti.*

O SR. PRESIDENTE:

— Os requerimentos que acabam de ser lidos, não dependem de apoio, discussão e deliberação do Plenário. Serão, depois de publicados, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

Acha-se presente o Sr. Salviano Leite, suplente convocado para substituir o Sr. Senador Ruy Carneiro, durante a licença concedida a esse sobre representante da Paraíba.

Nos termos do art. 6º, § 2º, do Regimento Interno, S. Exª. passará a participar dos trabalhos da casa, dispensado do compromisso regimental, visto já o haver prestado ao ensejo da sua primeira convocação.

Sobre a mesa uma comunicação, que vai ser lida.

É lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente:

Comunicamos a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foram indicados, para representar o Partido Trabalhista Brasileiro na 53ª Conferência Interparlamentar, a realizarem-se em Belgrado no período de 12 a 20 de setembro do corrente ano, os Senhores Senadores Camilo Nogueira da Gama e Argemiro de Figueiredo.

Sala das Sessões, 31 de julho de 1963. (a) *Vivaldo Lima.*

— O Sr. Senador Vivaldo Lima, no exercício da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa, indicou os Srs. Senadores Nogueira da Gama e Argemiro de Figueiredo.

guredo para integrarem como representantes de sua Bancada, a Delegação do Brasil à 33.ª Conferência Interparlamentar, a realizá-se em Beirute, no período de 12 a 20 do corrente mês.

Assim, esta Presidência designa os referidos Senadores para membros da Delegação Brasileira a essa Conferência.

Há oradores inscritos.

Tom a palavra o nobre Senador Gouveia Vieira, p. cessão do nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. GOUVEIA VIEIRA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente: uma análise, mesmo superficial, da história do desenvolvimento industrial brasileiro demonstra, hoje de qualquer dúvida, que a estrutura econômica e financeira das empresas pertencentes à iniciativa privada está sendo aniquilada, progressivamente, a medida que a inflação monetária aumenta.

No início do nosso desenvolvimento industrial, salvo raríssimas exceções, tudo aquilo que foi feito; todos os empreendimentos que foram realizados, nasceram e prosperaram dentro do âmbito da livre iniciativa. Foi o capital particular que criou as indústrias de infra-estrutura, como as estradas de ferro, as companhias de navegação, os portos, as usinas elétricas e linhas de transmissão. Foi, também, o capital privado que fez nascer e que fez desenvolver as indústrias de bens de produção, como a da mecânica pesada, a do cimento, a do material elétrico pesado, a da siderúrgica, a da mineração.

Da mesma forma, foi devido à iniciativa privada que apareceram todas as indústrias de bens de consumo, como as do tecido, as de produtos alimentícios e químicos, de matéria plástica e inúmeras outras.

No entanto, na proporção em que a inflação monetária foi evoluindo, passando de razoável e crônica, para uma inflação galopante e astronômica, a estrutura das empresas privadas começou a ruir.

No princípio, foram atingidas as indústrias de infra-estrutura, que, em face do baixo rendimento real, que passaram a apresentar, não mais encontraram possibilidades de canalizar, para os seus investimentos, os capitais privados necessários, quer para a sua expansão, que, e muitas vezes, para a simples conservação dos bens existentes.

Assim, o Governo viu-se obrigado a estatizar ou a tentar estatizar, todas as indústrias deste setor vital para a economia do País.

Além disso, viu-se coagido a preencher a lacuna surgida com a retirada dos capitais privados desta área industrial.

Pode ser dito, que, hoje em dia, praticamente, toda a indústria infra-estrutura já está nas mãos do Governo ou estará, inevitavelmente, dentro de muito pouco tempo.

Depois das indústrias de infra-estrutura, e pelos mesmos motivos, o Governo passou a ficar obrigado a inverter capitais e a criar indústrias de bens de produção, porque, também, estas indústrias, com o aumento do ritmo inflacionário, deixaram de apresentar atrativos para o capital privado.

Neste setor, da mesma forma, o Estado com a Cia. Siderúrgica Nacional, a Cosipa e a Usiminas; com a Vale do Rio Doce, a Fábrica Nacional de Motores e a Alcais passou a ser o grande empresário.

Assim, somente, as indústrias de bens de consumo encontram-se, no presente, inteiramente no campo da livre iniciativa.

No entanto, o mesmo mal que atacou e liquidou as empresas industriais de infra-estrutura, e, posteriormente, as de bens de produção, já começou

a corroer as indústrias de bens de consumo.

Os balanços destas, como de outras empresas, desde muito tempo, já não podem expressar a sua real situação econômica e financeira.

O ativo imobilizado figura pelo custo histórico da aquisição dos bens, custo este corrigido pelos coeficientes determinados pelo Conselho Nacional de Economia.

O Artigo 57, parágrafo 1º da Lei nº 3.470 determina, taxativamente, que os coeficientes de correção deverão "expressar a influência das variações do poder aquisitivo da Moeda". Todos nós sabemos, porém, que o Conselho Nacional da Economia talvez, aterrorizado pela depreciação do cruzeiro — fixa coeficientes médios bi-anuais, para a correção monetária, que estão longe de espelhar a realidade.

Assim, a correção monetária que as empresas podem fazer em seus registros contábeis está muito longe de expressar o valor real do preço da aquisição dos bens que compõem o seu ativo imobilizado. Portanto, o mencionado ativo, que figura no balanço de todas as empresas industriais, expressa cifras que não traduzem a realidade, estando mesmo muito aquém da verdade dos fatos.

No entanto, situação muito mais danosa para a sobrevivência das empresas apresenta-se, quanto ao passivo.

O parágrafo 14 do referido Artigo 57 da citada lei nº 3.470 proíbe, taxativamente, que as depreciações do ativo imobilizado sejam feitas levando-se em consideração a correção monetária, mesmo aquela realizada, de acordo com os índices, inteiramente, desatualizados, fixados pelo Conselho Nacional de Economia.

Assim, os desgastes reais e verdadeiros, havidos nos investimentos fixos das empresas, estão sendo supridos com parcelas de lucros sujeitos ao imposto de renda. Mais ainda: se os investimentos estiverem sujeitos a um desgaste maior do que o normal, ou se o ritmo da inflação for muito grande, a depreciação deverá ser coberta com parcelas de lucros sujeitos, não só ao imposto de renda, mas, também, ao imposto sobre o denominado lucro extraordinário.

Como consequência, os balanços da maioria das empresas apresentam lucros não só nominais, como muitas vezes inexistentes.

Por outro lado, se o montante das reservas feitas com ou sem o pagamento do imposto de renda — para fazer face à depreciação da maquinaria — não corresponder ao desgaste real sofrido pelo ativo imobilizado, a consequência é não poder a empresa repor no lugar da maquinaria gasta e inutilizada, uma nova maquinaria igual à antiga.

Em outras palavras: a empresa desaparece, porque, durante a sua existência distribuiu aos seus acionistas, como lucros, o seu próprio capital, ou não conseguiu apurar lucros equivalentes ao valor real dos investimentos originais.

A consequência é a obrigação para o Estado de substituir o empresário particular, sob pena da economia nacional retroceder, com todas as suas implicações: de desemprego e de dificuldades no abastecimento do mercado consumidor.

Na análise que estamos fazendo, devemos ainda levar em consideração, dois aspectos fundamentais do problema, importantíssimos cada um deles para o desenvolvimento do nosso parque industrial, e, portanto, para o próprio desenvolvimento econômico do País: a necessidade do aumento do capital de giro, na mesma proporção da inflação dos preços; e a reserva de obsolescência, isto é, a reserva necessária para substituir a maquinaria inutilizada pelo uso, não por uma no-

va do mesmo tipo da antiga, mas por maquinismos de tipo moderno e, portanto, de custos mais elevados.

O aumento do capital de giro, na mesma proporção da inflação de preços, obriga a empresa a obter financiamento externo, isto é, fora da própria empresa ou a realizar o *auto-financiamento*, capitalizando todos ou quase todos os lucros apurados.

O financiamento externo, na atual conjuntura, é praticamente impossível de ser obtido, quer nos bancos; quer no mercado monetário. Nos bancos por três motivos: primeiro, por que eles, normalmente só podem realizar operações de crédito, com base em vendas efetuadas, pelo que não podem financiar estoques de matéria-prima e de produtos acabados, nem mão de obra; segundo, porque os limites do crédito bancário não podem acompanhar e, não acompanham nunca, o surto inflacionário; terceiro, o custo do dinheiro, presentemente, é tão elevado — pelo de 60% ao ano — que bem poucas empresas poderão valer-se de empréstimos bancários, para financiar uma parte substancial do aumento do seu capital de giro. No mercado monetário, através das empresas de financiamento, porque o custo do dinheiro, devido à inflação, é de aproximadamente, de 60% ao ano.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador) — Nobre colega, ouço atentamente o seu discurso e observo que V. Ex.ª é realmente um estudioso do grande problema que enfrenta a iniciativa privada em nosso País. O Brasil continua a sofrer a inflação galopante — de todos o tributo mais pesado — e o povo além dos ônus do imposto de renda, agora também os do empréstimo compulsório recentemente votado.

Tudo indica que marchamos, a passos largos, para o estauismo e, consequentemente para um regime totalitário em nosso País. Lamentavelmente, chegamos a essa conclusão, a menos que se adotem providências adequadas entre outras, a de atualizar o valor do acervo da imobilização independentemente de tributos, porque como V. Ex.ª muito bem observa as empresas não estão em condições de arcar com as elevadas taxas para atualização do valor do seu acervo, pagando os tributos de imposto de renda. Cabe-nos, portanto, a nós Congressistas, encontrar uma fórmula, e através de um projeto de lei remediar a situação. Do contrário, como V. Ex.ª salienta em suas considerações, será impossível manter-se a iniciativa privada no País, ainda mais quando sobre ela pesam os imensos encargos e responsabilidades de assistência social, as determinações das leis trabalhistas, etc. O discurso de V. Ex.ª é, pois, muito oportuno, e deve ser bem analisado e tomado em consideração para que possamos encontrar uma solução a fim de que seja mantido o regime democrático em nosso País.

O SR. GOUVEIA VIEIRA — Nobre Senador Atilio Fontana, agradeço, sensibilizado, as palavras amáveis a mim dirigidas e a oportunidade que V. Ex.ª deu ao Senado para tomar, digamos, um pouco de descanso em face da aridez do meu discurso.

Dizia eu, quando tive a honra de ser apertado que, não podendo as empresas privadas ser financiadas, nem por empréstimos bancários, nem pelo mercado monetário, restava-lhes, somente, o auto-financiamento com a capitalização dos lucros.

No entanto, os lucros, mesmo os nominais, não são suficientes — especialmente depois do pagamento do imposto de renda — para fazer face aos efeitos da constante desvaloriza-

ção da nossa moeda, desvalorização esta que, nos últimos anos, tem se mantido no nível de 50% ao ano.

Para se ter uma idéia do reflexo desta desvalorização, basta ser mencionado que o poder aquisitivo do cruzeiro, atualmente, é de, apenas, um terço do cruzeiro de dezembro de 1950.

Assim, para qualquer empresa manter, agora, o mesmo ritmo de produção de dezembro de 1950, necessita de um aumento do seu capital de giro de três vezes sobre o existente naquela data.

Para que o autofinanciamento pudesse ser realizado, os lucros mensais anuais — sem levar em consideração nem o imposto de renda, nem o capital fixo — deveriam ser de 100%.

As empresas — não podendo aumentar o seu capital de giro, na mesma proporção da perda do valor da moeda, como não podem — estão obrigadas, na primeira fase, a diminuir os seus estoques, especialmente, os de matéria-prima.

Há empresas cujos estoques de matéria-prima não vão além de cinco dias de trabalho. Na segunda fase as empresas ficam obrigadas a diminuir a produção.

Por outro lado, a capitalização dos lucros — que todas as empresas estão obrigadas a fazer ao máximo — dificulta, o mesmo impede, a democratização dos seus capitais, porque a venda de ações ao público obriga-lhe pelo menos moralmente, a distribuir um dividendo razoável ao investidor, pois se trata, sempre, de pequeno investidor que emprega as suas poucas economias, confiando na empresa e nos seus administradores.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Ex.ª novo aparte?

O SR. GOUVEIA VIEIRA — Para mim é grande honra, nobre Senador.

O Sr. Atilio Fontana — A situação do País está de tal, que não mais se pode contar com o interesse dos particulares em subcrever ações de sociedades anônimas de qualquer espécie.

Como V. Ex.ª bem acentua, a desvalorização do cruzeiro atinge 50% e até mais. Não havendo possibilidade de atualizar-se o valor da empresa, na parte imobiliária, o acionista permanece com o valor nominal de suas ações e, nessas condições o dividendo não chega a 12% ao ano e, que interesse terá, portanto, o particular em subcrever ações de uma empresa? Assim, vemos, de logo, afastada a possibilidade de formarem-se sociedades anônimas ou de outra qualquer espécie apenas com o capital privado, porque o Governo se vê na contingência de, ele mesmo, suprir essa diferença. Portanto, são prejudicados, os setores da produção porque deveriam ser de iniciativa privada. Vê-se, nobre colega, que não há possibilidade de expandirmos a produção em nosso País com o capital privado. A menos que reajustemos o ativo de acordo com a desvalorização anual do capital, independentemente de tributos. Do contrário, haverá quem queira fazer tão mau negócio como o de subcrever ações de empresas particulares.

O SR. GOUVEIA VIEIRA — Agradeço o aparte do nobre Senador por Santa Catarina e fico muito satisfeito de verificar que os nossos pontos-de-vista estão inteiramente afinados. Felicito o Senado por ter sido dado este aparte, porque S. Ex.ª, com muito mais brilho pôde explicar e traduzir meu pensamento.

Continuando minha exposição, exatamente em seguimento ao pensamento do nobre apertado focalizarei precisamente a questão do

pagamento de dividendos pelas sociedades anônimas:

A distribuição de um dividendo, qualquer que ele seja, diminuirá o capital de giro da empresa.

Assim, a empresa cujo capital esteja sujeito ao pânico encontra-se em situação desvantajosa, em face da própria "realidade".

Por conseguinte, não são todos os argumentos proferidos que V. Exa. expôs, eminente Senador Atilio Fontana, impecável, atencioso, o público de participar no desenvolvimento econômico do País, mas, a longo prazo, o desajustamento da distribuição dos dividendos, para permitir, nessa fase da nossa economia, somente a sobrevivência das empresas mais poderosas e fortificadas. Em tal, nesta fase da nossa economia, porque, posteriormente, estas mesmas empresas sucumbirão.

O outro argumento que gostaria de fazer ao aparte elucidativo de V. Exa.

Deve, também, ser dito que, as Letras do Tesouro Nacional, com vencimento a 12 meses e juros de 8% ao ano, estão sendo vendidas no mercado com um prêmio de 15%. Elas estão proporcionando, portanto, um rendimento de 23%.

Sr. Atilio Fontana — Em São Paulo, segundo fontes fidedignas, não encontram colocação com 50% de desconto.

O SR. GOUVEA VIEIRA — Assim qualquer dividendo que uma empresa privada distribua, ao público tomador dos seus títulos, será, sempre, ridiculamente, pequeno, em face do rendimento proporcionado por outros títulos, cujos tomadores, além do mais não assumem qualquer risco industrial.

Deve ser bem repisado que o aniquilamento das indústrias privadas, como vimos, atinge mais duramente, em primeiro lugar, as indústrias de infra-estrutura; depois as de bens de produção e, finalmente, as de bens de consumo, isto é, as indústrias são arruinadas na proporção direta da sua essencialidade.

O motivo é simples e o fenômeno é universal: quanto mais importante é a indústria, para a economia do país, menos rentável ela é, pois o seu capital gira mais lentamente, e portanto, a sua rentabilidade é menor.

Outrossim, este aniquilamento sistemático das indústrias privadas alcança, em primeiro lugar, as pequenas indústrias — e no Brasil existem mais de 20 mil pequenas indústrias.

Este é um aspecto essencial para que os poderes públicos compreendam a necessidade da sobrevivência da iniciativa privada.

O Sr. Atilio Fontana — E essas indústrias são, exatamente, as de capital nacional, pertencentes a brasileiros, enquanto que as grandes indústrias, como V. Exa. está acenando, em grande parte, pertencem a capitais estrangeiros e são até mesmo dirigidas por estrangeiros em nosso país. Assim, estamos aniquilando a iniciativa dos nossos patriotas brasileiros.

O SR. GOUVEA VIEIRA — Muito obrigado pelo aparte de V. Exa. (continua a leitura).

Depois as de capital democratizado e, só por último, as grandes empresas de capital "fechado".

Merece ser salientado que a nossa legislação, inclusive, a nossa Constituição não se orienta no sentido de socializar toda a nossa economia, por via direta ou indireta.

Em pelo contrário; a própria Constituição Federal, no parágrafo único do artigo 151, prevê que as tarifas dos serviços explorados por con-

cessão — isto é, dos serviços prestados pelas indústrias de infra-estrutura — devem proporcionar lucros justos às concessionárias, que lhes permitem atender as necessidades de melhoramentos e de expansão dos seus serviços.

Outrossim, conforme verifica-se de art. 15 da Lei nº 3.410, a legislação do Imposto de Renda, desde 1953, contém dos contribuintes, que possivelmente, com o afeto a linguagem popular, "não pagaram".

O primeiro declara:

"O Instituto Nacional de Tecnologia fixará os critérios para determinação da vida útil das máquinas e equipamentos, para cada tipo de indústria, substituindo os critérios atuais, até que sejam elaborados os atos competentes do referido Instituto".

O segundo diz:

"O Poder Executivo poderá fixar coeficientes de aceleração das operações, necessárias à execução do plano físico dos bens, para estimular a renovação e a modernização das indústrias em funcionamento no território nacional".

Assim, o nobre Senador pelo Estado de Santa Catarina, verificará que nossa lei positiva, aprovada pelo Senado Federal, permitia, a sobrevivência das empresas privadas, se não houvesse, empregando tanto forte, a ganância fiscal que, para obter, hoje, reduções maiores anquila a possibilidade do contribuinte poder trabalhar e conseqüentemente, pagar impostos maiores, no futuro.

O Sr. Vitalão Lima — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) Estou chegando ao plenário, neste momento, alcançando assim, o discurso de V. Exa. apenas no trecho presente. V. Exa. referindo-se a determinação lei, usou de expressão que me causou espanto: "ela não pegou".

Justamente esta é a razão da minha estranheza. Se há leis que pagam, sustentando-se que outras há que não pagam. Deste modo, o Brasil está indo por caminhos estranhos, imprevisíveis, pois a execução das leis fica ao arbítrio de quem as deve cumprir ou fazer cumprir. É realmente singular que a lei a que V. Exa. se está referindo, não tenha pegado. Por coincidência enviei à Mesa, há pouco, requerimento no qual tenho o Senhor Presidente da República a respeito de lei que não está pegando.

Pelo que se observa, devemos modificar a Constituição, a fim de estabelecer as duas espécies de legislação — a que pega e a que não pega! Assim, o legislador ficará logo conhecendo qual a lei que não vai pagar, para não se pôr a trabalhar à toa, inoperante e improdutivamente, sem objetivos, e quais aquelas que o Executivo garante que irão pagar. Neste caso, o Poder Legislativo se apressará a fim de que tenham tramitação rápida, para aplicação imediata e futura. Daí a razão pela qual tomei a liberdade de interromper V. Exa. Oreio que essa lei de tanto interesse para o desenvolvimento, para o incremento, para o estímulo da iniciativa privada, se não pegou, foi porque o Fisco foi mais ligeiro, mais rigoroso. A propósito de Fisco, é de se notar que as leis fiscais sempre pagam, quando nós, contribuintes, desejariamos que não pagassem totalmente. Estas, porém, sabem pagar, com muita dureza e rigorismo. Há outras leis que deveriam pagar e, no entanto, não pagam. Desculpe-me V. Exa. por tomar seu tempo, falando de leis que pagam e de leis que não pagam.

O SR. GOUVEA VIEIRA — Sr. Senador, sinto-me feliz com seu aparte e de antemão lhe digo que, toda vez que V. Exa. interromper meu dis-

curso, como nesta oportunidade, muito me honrará e me dará grande prazer.

O Sr. Vitalão Lima — Agradeço a V. Exa.

O SR. GOUVEA VIEIRA (Lendo) — Em face destes dos dispositivos da lei de 1953, verifica-se que os fatos, que estamos relatando, não podem suprir o Senado, pois o Poder Legislativo já provou os acontecimentos, mas agora que veio uma lei que possibilita corrigir, em parte, as anomalias que estão ocorrendo.

A finalidade desta nossa discussão não é fazer a menor crítica à atuação de qualquer Governo e muito menos do atual, pois o mesmo recebeu dos seus sucessores a por herança entre todas aquelas que já foram transmitidas a um Presidente da República.

Não estamos, tão pouco, defendendo o regime econômico da livre empresa, com base em um individualismo reconstruído, mesmo porque, aceitamos integralmente, a doutrina social da Igreja, que sustenta que muitas e substanciais transformações devem ser feitas, na estrutura das empresas.

Estamos, apenas, relatando fatos, da maneira a mais objetiva possível, e chamando a atenção do Senado para os mesmos.

Agora, não podemos omitir desta discussão — mesmo porque ela seria mais do que incompleta se houvesse a crítica — as normas dificuldades econômicas e financeiras que o Estado vem encontrando para levar a bom termo as enormes tarefas que lhe foram impostas pela situação acima exposta.

Em primeiro lugar, deve ser dito que o Governo Federal, através do denominado Plano Salto e, posteriormente, dos estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, do Plano de Jetez e do Plano Trienal, o Governo Federal, repetimos, tem se esforçado e se esforçado enormemente, para encontrar meios para suprir as deficiências econômicas e financeiras do Estado, para a execução dos empreendimentos que passaram a ficar a seu cargo.

Muitas obras de grande vulto foram realizadas ou estão em andamento, como Furnas, Charqueadas, Três Marias, Cachoeira Dourada, Copisa, Usiminas e Paulo Afonso.

Outras como a do Esdras, a de São Quedas, São Felix e Boa Esperança estão sendo planejadas.

A Eletrobrás já está funcionando.

Outrossim, o Governo Federal, em 1952, contribuiu para a formação bruta de capital fixo com 5 bilhões de cruzeiros contra 20 bilhões das empresas privadas, isto é, a contribuição da iniciativa privada, no referido ano, foi de 400% superior à governamental.

Em 1952, a contribuição do Governo Federal foi de 60 bilhões contra 98 bilhões da livre iniciativa, isto é, a contribuição da iniciativa privada foi de cerca de 60% sobre a do Governo. Assim, fica provado, de um lado, a enorme estatização que está sendo feita da nossa economia e, de outro lado, o grande esforço que o Estado tem feito para dar cumprimento às suas obrigações empresariais.

No entanto, apesar de todo o esforço do Estado, o fato é que a infra-estrutura da nossa economia encontra-se, inteiramente, desatualizada.

O porto do Rio de Janeiro, até bem pouco tempo, forçava os navios a aguardar atracação durante vários dias, o que obrigou os armadores a estabelecer uma sobre-taxa de 25% sobre os fretes para o mencionado por-

to, fretes estes pagos todos, ou quase todos, em dólares.

O açúcar e o milho, que exportamos, são embarcados nos portos, quer do norte, quer do sul, em sacos para fazerem a viagem a granel, o que imporia ao obrigador a exportador a ensacar o açúcar e o milho, embarcá-los ensacados, e ter a bordo, uma pessoa encarregada de cortar os sacos a navalha, logo que eles são embarcados, para o fim do transporte ser realizado a granel.

O custo desta operação é de Cr\$ 230,00 por saco, pois só o preço do saco, que é inutilizado, é de Cr\$ 230,00.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Exa. ainda um aparte?

O SR. GOUVEA VIEIRA — Com todo o prazer.

O Sr. Atilio Fontana — Com referência ao problema do milho, ainda agora tive informações de fazendeiros e de lavradores do interior do Estado de Paraná, de que estão recebendo o preço máximo de Cr\$ 350,00 por saco de 60 quilos de milho. Veja V. Exa. que essa despesa, elevadíssima e injustificável, para embarcar o milho nos portos brasileiros, é fazer pelo próprio produtor. Este é o sacrifício e esta é a razão por que precisamos de uma reforma arcaria que traga solução para essas dificuldades, exemplo do que existe em outro país onde as despesas portuárias são reduzidas. Caso contrário, jamais nos poderemos tornar um país exportador e o nosso homem do campo será o eterno sacrificado, porque precisa sustentar-se a vender seu produto, deduzindo do apurado todas essas despesas que V. Exa., com muita clareza e muita justiça, está apontando no seu brilhante discurso.

O SR. GOUVEA VIEIRA — Agradeço o aparte de V. Exa.

O Sr. Padre Calazans — V. Exa. permite um aparte?

O SR. GOUVEA VIEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Padre Calazans — Atentando, ainda, à linha de pensamento do nobre Senador pelo Estado de Santa Catarina, devo dizer que hoje, pela manhã, fui informado por agricultores, quer do Triângulo Mineiro, quer do Estado de São Paulo, de que, para o embarque de milho, estavam sendo pedidos quinhentos cruzeiros por saca e que o arroz, até o presente momento, ainda não tinha preço.

O SR. GOUVEA VIEIRA — Agradeço o aparte de V. Exa. e chamo a atenção dos nobres Senadores para o fato de que a importância de Cr\$ 230,00 por m/m mencionada deve ser acrescentada aos custos referidos, quer pelo eminente Senador por São Paulo, Padre Calazans, quer pelo nobre Senador por Santa Catarina, Atilio Fontana. A referida importância de Cr\$ 230,00 deve ser acrescentada aos preços de transportes e aos custos decorrentes das dificuldades portuárias. O custo de Cr\$ 230,00 por saca é inteiramente anti-econômico, somente existe, em face das dificuldades de embarque da mercadoria.

(Lendo) Não podemos exportar o sel do Rio Grande do Norte, porque os portos de Maceio e de Arica Branca não estão aparelhados para proceder à operação de embarque por meios competitivos.

Da mesma forma, o nosso minério não pode ser exportado, em larva escala, pelo Porto do Rio de Janeiro, devido à deficiência do mesmo porto.

As nossas vias férreas não dão suficientes transportes, quer ao minério do Estado de Minas Gerais, quer a produção do arroz e do milho do Estado do Rio Grande do Sul.

O raciocínio da eletricidade em todas, ou em quase todas, as cidades industriais é fato crônico, desde longo tempo, obrigando as indústrias a utilizar geradores a óleo diesel ou a diminuir a sua produção.

Assim, o aniquilamento da empresa privada apresenta repercussões enormes e desfavoráveis na nossa estrutura econômica, especialmente, porque o Estado não está aparelhado, nem técnica, nem financeiramente, para substituí-la.

Outrossim, a socialização total da nossa economia, para onde estamos indo, não encontra amparo na nossa legislação; não é desejada pelo Governo; e cria problemas enormes para o próprio Estado, conforme examinamos.

O progresso da estatização, como procuramos demonstrar, é resultado da inflação e da política tributária e cambial.

Quanto à política tributária, é hábito antigo do Governo mandar ao Congresso os projetos de modificações tributárias, somente poucos dias antes da data fixada pela Constituição para o envio do orçamento à sanção.

O Congresso fica, assim, obrigado a deliberar sobre o projeto, sem um estudo mais aprofundado do assunto, ou a assumir a responsabilidade pelo déficit orçamentário.

Evidentemente, o Senado não tem meios para obrigar o Poder Executivo a enviar as suas mensagens, sobre questões fiscais, com maior antecedência.

Mas, o Senado pode realizar estudos prévios que lhe habilitem a deliberar sobre as reformas tributárias, com um maior conhecimento da matéria.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GOUVEA VIEIRA — Com muito prazer.

O Sr. José Ermirio — Todos os países que cresceram e se desenvolveram utilizaram-se de um só processo: dar base econômica e financeira a toda a cidadania que quisesse crescer e desenvolver-se dentro do seu país. Isso foi feito nos Estados Unidos, no ano de 1912, sob a Presidência de Woodrow Wilson; isso foi feito no Brasil, durante muitos anos, até que a inflação tomou um rumo descontrolado, aniquilando, em grande parte, os esforços daqueles que queriam trabalhar. Hoje, a indústria têxtil dificilmente poderá sobreviver, pois os seus lucros são pequenos, em confronto com o desequilíbrio e a inflação descontrolada por que atravessa o País. Assim, indústrias básicas, de mão de obra e matéria prima nacionais, que não possuem lucros enormes como algumas privilegiadas que ainda existem no País, serão forçadas a tomar rumo indefinido, incerto, e talvez só tenham uma saída: fechar! Hoje mesmo, as indústrias têxteis estão trabalhando sob as mais desinteressantes condições, pois para não dispensar operários, muitas fábricas estão tomando dinheiro a juros elevados, não comportando, de forma alguma, o lucro que possa advir do seu funcionamento. Assim a Nação, que devia incentivar, anualmente, o aparecimento de número apreciável de homens que queiram crescer e desenvolver-se, não poderá tomar o rumo que tomaram todas as nações civilizadas do Mundo: o de dar possibilidade ao homem que tem coragem de enfrentar a situação, a consciência e inteligência para desenvolver sua capacidade de trabalho dentro do País. É necessário, com toda a urgência, que se verifique — e isto compete ao Senado da República — a possibilidade de ser criada uma Comissão, de alto nível, para examinar o problema, resolvendo-o de modo que os pequenos possam crescer e os que já estão dentro do negócio ou da indústria possam sobreviver. Do contrário, aqueles que não

puderam enfrentar os problemas serão tragados pelas empresas estatais, ou então pelos trustes internacionais.

O SR. GOUVEA VIEIRA — Obri-

da a V. Exa.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GOUVEA VIEIRA — Com todo o prazer.

O Sr. Aarão Steinbruch — Foi um dos subscritores do requerimento que V. Exa. está encaminhando à Mesa, mas não posso deixar de fazer uma observação com referência à indústria de fiação e tecelagem: foi, no período da última Guerra Mundial, a que mais lucros auferiu neste País. A Companhia América Fabril — posso citar esta entre outras — em balanços oficiais, chegou a oferecer aos portadores de suas ações, em um só ano, 5 vezes o número que possuía, se não estou equivocado. Outros não renovaram a maquinaria, continuando a trabalhar de forma obsoleta. Não compreendo nem justifico a razão pela qual essas empresas, hoje atravessando situação difícil, não continuam a trabalhar, fazendo com que se devolvam aqueles lucros extraordinários que auferiram, principalmente no período da última grande guerra. Há dois anos, essas indústrias eram florescentes e seus lucros astronômicos. Se agora enfrentam dificuldade passageira, nem por isso se explica que lhes concedamos financiamentos, nesta emergência. Era a observação que me cabia fazer, de vez que, certa feita, funcionei no processo de uma indústria de fiação e tecelagem e pude verificar os lucros fabulosos que aquela indústria auferiu durante e após a última grande guerra.

O Sr. José Ermirio — Permite o nobre orador um contra-aparte? (Assentimento do orador) — Posso dar meu testemunho neste particular. A fábrica América Fabril foi uma das empresas que contraiu empréstimo no exterior. Com a desvalorização da nossa moeda, teve de pagar muitas vezes o valor do empréstimo inicial. Obteve grandes lucros, e certo, mas não conheço indústria que tenha auferido lucros cinco vezes o valor do seu capital num ano. Temos uma indústria têxtil que nunca deu dividendos. Absorvendo todo o capital para a ampliação de suas instalações, até hoje, apesar de toda a perseverança e firmeza, não conseguimos dotá-la da maquinaria ultramoderna necessária ao seu desenvolvimento. A substituição total da maquinaria obsoleta ainda não foi feita devido ao seu elevado custo. Não há indústria têxtil que possa sobreviver se, tendo efetuado uma compra no exterior a dólares de sessenta, cem ou duzentos cruzeiros, hoje tenha de pagar os três anos de carência e os cinco de financiamento. Esta é a situação daquelas que fizeram compra com carência. Os que pagaram na hora ainda puderam sobreviver, com financiamento e prazo de carência, não sei o que lhes acontecerá.

O Sr. Padre Calazans — O nobre orador permite um aparte? (Assentimento do orador) — Desejo ressaltar disparidade que existe entre as indústrias do Sul e as do Nordeste. Muitas das indústrias do Sul conseguiram aparelhamento moderno, maquinaria, de acordo com a sua produção e maior renda. As do Nordeste continuam com as suas máquinas obsoletas não podendo oferecer uma produção alta e competir com as do Sul, agravando, por conseguinte, não o problema econômico da região, como o social. A solução seria instalar indústrias no Nordeste, com capacidade igual às do Sul. Não se conceberia fossem paralizadas as indústrias do Sul ou que as fizessemos retroceder no tempo e na sua modernização, o que afetaria a própria economia nacional. Veja V. Exa. a complexidade do problema.

O Sr. Domicio Gondim — Permite o nobre orador um aparte? (Assentimento do orador) — Com referência ao assunto ventilado pelo nobre Senador Aarão Steinbruch, quero acrescentar que durante a guerra o Governo lançou mão de um recurso — o imposto sobre os lucros extraordinários. Gostaria que o nobre Senador realmente fornecesse os dados exatos sobre essas indústrias. Seria até interessante sabermos os industriais onde estão os lucros tão fabulosos apregoados. Segundo me consta, nunca existiram. Gostaria que o nobre Senador Aarão Steinbruch trouxesse a este plenário os dados, a fim de que tomássemos deles conhecimento.

O Sr. Aarão Steinbruch — Trarei, com muita boa vontade, os dados que tenho em meu poder e que constaram do processo que advoquei.

O Sr. Domicio Gondim — Muito obrigado.

O SR. GOUVEA VIEIRA — Agradeço os apertes que me foram oferecidos e que realçam o discurso que estou preferindo. Quero dizer ao nobre Senador José Ermirio que no Estado de São Paulo, segundo estou informado, há muitas indústrias que ainda não reduziram a sua capacidade de produção, porque não têm capital de giro para fazer face ao pagamento das indenizações trabalhistas necessárias para poder dispensar parte dos seus operários.

Com referência ao aparte do Ilustre Senador Aarão Steinbruch, chamo a atenção de S. Exa. para o seguinte: em 1946, o valor do dólar com referência ao cruzeiro, era de deztois cruzeiros; hoje o valor do dólar de importação — quando se obtém — é de seiscientos e quarenta cruzeiros, além do chamado "boneco". Por conseguinte, ainda que uma indústria tivesse capitalizado, lucro em 1946, iguais a cinco vezes o seu capital, ela chegaria a um capital real de cem cruzeiros por dólar — cinco vezes são cem; hoje, o valor real da maquinaria que teria de substituir a maquinaria gasta pelo uso — só poderia ser comprada por seiscientos e quarenta mil cruzeiros, o dólar isto é, mais de seis vezes a capitalização de lucros realizada em 1946.

Em todo caso, esses apertes, que realmente ilustraram tanto o meu discurso — e peço perdão aos Senhores Senadores para acrescentar — não têm uma importância muito grande, porque as palavras que estou preferindo têm por fim exclusivamente, encaminhar à Mesa um requerimento subscrito por quase todos os eminentes Senadores e por mim, no sentido de ser constituída uma Comissão Especial para examinar os reflexos da inflação monetária e da política tributária e cambial na estrutura das empresas de iniciativa privada, requerimento este que tenho a honra de enviar à Mesa, neste momento. (Muito bem. Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, de acordo com o artigo 163, parágrafo 2º, do Regimento Interno, o nobre Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, há poucos dias, para ser mais preciso, no início desta semana, estivemos em visita à Companhia Nacional de Alcalis e lá nos apresentamos com os dirigentes e operários da empresa, que são, hoje, em número de três mil. Fomos informados quanto à situação grave à grande crise por que atravessa, no momento, aquele estabelecimento nacional de vez que ali estão armazenadas, estocadas, vinte mil toneladas de barrilha, sem a possibili-

dade, sequer remota, da colocação desse produto no mercado nacional. E justificaram o fato com a alegação de que a CACEX, e também o Ministério da Guerra possibilitariam a importação de barrilha do estrangeiro, na ordem — se não nos falha a memória — de sessenta e uma mil toneladas.

O Sr. Domicio Gondim — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Pois não.

O Sr. Domicio Gondim — É necessário saber-se qual o consumo nacional e que influência tem esse vinte mil toneladas de barrilha, porque, se representem parcela muito grande, é mais do que razoável que tenham providências. Em primeiro lugar, porém, deve-se procurar saber qual o percentual que isto representa no consumo nacional.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Mais de um terço. O preço da barrilha foi feito por freqüentes batutas da Companhia Nacional de Alcalis que, há poucos dias, gustosamente, atingindo não mais preços de preço, uma vez que já não fabricavam os artigos usuais. Isto não é verdadeiro porque, como disse, foram concedidas licenças de importação para sessenta e uma mil toneladas de barrilha. Quero crer que uma parte do embarque, embora ínfima, ainda não tenha sido desembarcada no País.

Neste sentido é que apresentei requerimento de informações à Mesa, e o estou justificando, em que faço referência à CACEX e ao Banco do Brasil para que cesse, revogue a licença já concedida, pelo menos do material ainda não desembarcado no País.

Também a Companhia Nacional de Alcalis solicitou, do Banco do Brasil, um empréstimo para que possa continuar, normalmente, suas atividades. Embora estocando, hoje, vinte mil toneladas de barrilha, a produção continua. Não há consumo, mas havendo proibição de importação de material similar, do estrangeiro, há possibilidade exata e certa de colocação dessa barrilha, não só da estocada como da que ainda vai ser produzida.

Mas, se o Banco do Brasil não acorrer nessa emergência — e me disseram os Diretores da empresa que se submetem até a dar penhor ao Banco do Brasil da mercadoria existente, hoje, para conseguir o dinheiro, inclusive para pagamento do pessoal — então, três mil operários poderão de uma hora para outra, ser despedidos, porque não haverá com que pagar-lhes o salário, nem como colocar a mercadoria.

O Sr. Domicio Gondim — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Quero prestar um esclarecimento ao nobre Senador: quase todas as indústrias básicas, no momento, não estão produzindo na sua plena capacidade. O mercado da maioria dos produtos básicos é um mercado frouxo. De modo que este aspecto também deve ser estudado.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Não é o caso da Companhia Nacional de Alcalis que, como disse, tem em estoque vinte mil toneladas de barrilha.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Concedo, com prazer, o aparte ao nobre Senador.

O Sr. Vivaldo Lima — Confesso, nobre colega, representante do Estado do Rio, que está totalmente desorientado o meu raciocínio, já não consigo compreender a situação brasileira. Dai não apreender bem o

que se está passando com relação à matéria que V. Exa. versa com a autoridade que todos reconhecemos.

O SR. AARÃO STEINBRUCK — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Vivaldo Lima — Há pouco ouvimos um brilhante discurso que reflete a situação de dificuldades que atravessam as empresas privadas, as indústrias sob o controle do capital particular. Já agora a V. Exa. traz depoimentos de algum modo impressionante, das dificuldades vividas também por empresas controladas pelo Governo, que, possuindo produção estocada, vêem o Banco do Brasil licenciar a importação de similar estrangeiro. Todo mundo sabe que só se pode permitir a importação daquilo que inexistente no País. Se uma empresa estatal tem empregados para pagar, empregadores que, como V. Exa. diz, acham-se com os seus vencimentos atrasados...

O SR. AARÃO STEINBRUCK — Não disse isso. Não há atraso no pagamento dos empregados; o que existe é a iminência de atrasar os pagamentos por falta de numerário, para o futuro.

O Sr. Vivaldo Lima — Estão na iminência de deixar de receber em dia os pagamentos. Mas quando existe um fato iminente, é que, no passado, já aconteceu o atraso. Aliás, tanto os órgãos estatais como os de previdência social, estão a toda hora a clamar pelo pagamento, sobretudo aqueles que recebem pela Verba-3, e que estão à margem do quadro do funcionalismo dessas organizações. Se, de fato, existe a iminência de atraso, V. Exa. estará bradando em vão, porque infelizmente a CACEX autorizou a importação daquilo que fabricamos e que poderíamos fornecer, tanto assim que temos produção estocada, e até oferecida em garantia de empréstimo. No entanto, a SUMOC, a quem compete a supervisão desse setor da economia brasileira, está, infelizmente, concedendo regalias para importações, em detrimento de um organismo que é até oficial, estatal, controlado pelo Governo, e que se exauriu pela falta de meios, porque sua produção está totalmente sem consumo.

O SR. AARÃO STEINBRUCK — Devo dizer a V. Exa. que grandes interesses entraram em jogo; inclusive houve, por parte de certas autoridades da CACEX e do próprio Ministério da Guerra, pessoas interessadas na importação, num comprometimento da produção nacional.

O Sr. Vivaldo Lima — Então, V. Exa. perdoe completar, essas pessoas interessadas devem ser de alta categoria!

O SR. AARÃO STEINBRUCK — E são mesmo!

O Sr. Vivaldo Lima — Pergunto se essas pessoas não são responsabilizadas, se não há responsabilidade penal para elas, se não existe punição para o crime que estão cometendo contra o País?

O SR. AARÃO STEINBRUCK — V. Exa. é do Partido do Governo...

O Sr. Vivaldo Lima — Não; sou de um Partido que apóia o Governo, mas temos uma consciência ética e política. Reconhecemos que esses desacertos já se verificaram no passado, não são do presente. Já se constituíram num vício, num mau hábito da administração pública brasileira que vem de remotas épocas. Apenas não conseguimos ainda estancar esse mal costume de prejudicar a economia nacional em proveito da economia pessoal, de alguns maus brasileiros.

O SR. AARÃO STEINBRUCK — Perfeito! Estou de acordo com V. Exa.

Quero crer que providências do Governo não tardarão para remediar a situação que hoje se apresenta de calamidade pública nacional.

O Sr. José Ermírio — A Companhia Nacional de Alcalis, desde a sua fundação, tem sido perseguida. Ela não é a única indústria nacional perseguida. V. Exa. conhece inúmeras, e eu cito a Indústria de Alumínio, em Ouro Preto, de propriedade do Sr. Américo Gianetti, e que falhou exatamente devido ao excesso de importação: importaram dez mil toneladas de sucata a dez cruzeiros, quantidade suficiente para o consumo de dois anos. O proprietário Américo Gianetti, na impossibilidade de manter a indústria, entregou-a ao Banco do Brasil que, por sua vez a entregou aos trustes internacionais de alumínio. Nós, que desejamos um Brasil justo onde brasileiros tenham as mesmas oportunidades que os outros cidadãos têm em seus países, precisamos de um cuidado extraordinário e de lutar junto a eles, e não deixar uma indústria do molde da envergadura da Companhia Nacional de Alcalis sofrer consequências desnecessárias. Se a sua produção de barrilhas é de boa qualidade, em qualquer País seria proibida a importação de barrilhas até que se normalizasse o estoque da empresa estatal.

O SR. AARÃO STEINBRUCK — É bastante ilustrativo o exemplo dado pelo nobre Senador José Ermírio, representante do Estado de Pernambuco. Quer-se realmente asfixiar, extinguir a indústria nacional, fazendo com que a Fábrica Nacional de Alcalis, que dá trabalho, que dá emprego a três mil operários, feche suas portas.

Neste sentido, dirigi requerimentos à Mesa e quero crer que não tardarão as providências do Governo para evitar maior mal.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

É lido o seguinte

Requerimento nº 531, de 1963

Requeremos, nos termos do art. 64 do Regimento Interno, seja construída uma Comissão Especial de 5 membros para, até o fim da presente sessão legislativa, examinar os reflexos da inflação monetária e da política tributária e cambial na estrutura das empresas de iniciativa privada.

Sala das Sessões, em 1º de agosto de 1963. — Gouvêa Vieira — Daniel Krieger — Antônio Carlos — Pedro Ludovico — Adalberto Sena — Ruy Carneiro — Benedito Valladares — Leite Neto — Heribaldo Vieira — Silvestre Péricles — Argemiro de Figueiredo — Aarão Steinbruch — Jefferson de Aguiar — Victorino Freire — Gilberto Marinho — Aurélio Viana — Padre Calazans — Domício Gondin — Dylton Costa — José Feliciano — Menezes Pimentel — Lopes da Costa — Vivaldo Lima — Zacharias de Assumpção — Atilio Fontana — José Bezerra — Joaquim Parente — Guido Mondin — Ruy Palmeira — Cândido Ferraz — Nogueira da Gama — Adolpho Franco — Pessoa de Queiroz — José Ermírio — Antônio Jucá — Edmundo Levy.

O SR. PRESIDENTE — Estipula o Regimento, no § 4º do art. 252-B: "O requerimento de criação de Comissão Especial, interna ou mista, será submetido à deliberação do Plenário na Ordem do Dia da sessão ordinária seguinte à sua leitura, instruído de parecer da Comissão permanente que tiver competência regimental para opinar sobre a matéria, o qual poderá ser proferido oralmente em Plenário".

Nessas condições, o requerimento do Sr. Senador Gouvêa Vieira será incluído na Ordem do Dia da próxima sessão ordinária, sobre ele deverá emitir parecer a Comissão de Economia. (Pausa).

Vai ser lido outro requerimento.

É lido o seguinte

Requerimento nº 532, de 1963

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do Art. 213 do Regimento Interno, que me sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, as seguintes informações:

I — Quais os órgãos subordinados àquele Ministério que, até a, não cumpriram a Lei nº 3.963, de 20 de setembro de 1961, que instituiu o uso obrigatório de emblema distintivo (um bastão serpentário na cor vermelha, sobre fundo branco) das entidades nacionais de saúde públicas ou privadas, e o Decreto nº 966, de 7 de maio de 1962, que a regulamentou;

II — Quais as razões alegadas e, conseqüentemente, as providências adotadas para forçá-los a respeitar a legislação em apreço.

Sala das Sessões, em 1º de agosto de 1963. — Vivaldo Lima.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido não depende de apoio, discussão e deliberação do Plenário. Será, depois de publicado, despachado pela Presidência.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Compareceram mais os Srs. Senadores:

José Kairala
Vivaldo Lima
Edmundo Levy
Zacharias de Assumpção
Eugênio Barros
Sebastião Archer
Victorino Freire
Antônio Jucá
José Bezerra
Cortez Pereira
Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira
Leite Neto
Aloysio de Carvalho
Aurélio Viana
Gilberto Marinho
Mello Braga
Antônio Carlos.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 332, de 1956 (nº 835-B, de 1955, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a estudar, projetar e construir uma ponte sobre o rio Tocantins, entre Tocantinópolis, no Estado de Goiás, e Porto Franco, no Estado do Maranhão, com substitutivo da Comissão de Finanças e emendas da Comissão de Constituição e Justiça e de Plenário, tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça: nº 239-59 — Favorável, com a emenda que oferece, sob nº 1-CJ; nº 516-69 — Pela constitucionalidade do substitutivo (emenda número 2-CF); nº 707-61 — Pela constitucionalidade das emendas de Plenário (ns. 3 e 4). Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas: nº 240-59 — Favorável ao projeto e à emenda nº 1-CJ; nº 708-61 — No sentido de serem solicitadas informações à SPEVEA; nº 329-63 — Pela rejeição, em virtude de já estar construída a ponte projetada. De Finanças: nº 241-59 — Favorável, nos termos do substitutivo que oferece (emenda nº 2-CF); número 303-63 — Pela rejeição.

As Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças haviam opinado favoravelmente ao projeto. Entretanto, em segundo pronunciamento, reconsideraram os pareceres anteriores e opinaram contrariamente à matéria, considerando haver chegado ao seu conhecimento que a ponte já se acha-

va construída e, portanto, cumprido o objetivo do projeto.

Nestas condições, será votado em primeiro lugar o projeto; se rejeitado, ficarão prejudicados o substitutivo e as emendas.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Foi rejeitado.

E' o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

(Nº 835-B, de 1955, na Câmara dos Deputados).

Autoriza o Poder Executivo a estudar, projetar e construir uma ponte sobre o rio Tocantins, entre Tocantinópolis, no Estado de Goiás, e Porto Franco, no Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. E' o Poder Executivo autorizado a estudar, projetar e construir uma ponte sobre o rio Tocantins, entre Tocantinópolis, no Estado de Goiás, e Porto Franco, no Estado do Maranhão.

Art. 2º. Das verbas orçamentárias consignadas pela Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia, aos Estados de Goiás e Maranhão, se destacará anualmente a parcela de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), com exceção do último exercício, que poderá ser menor.

§ 1º. Da parcela de que trata este artigo caberá metade para cada Estado e a outra metade para cada Estado a fim de serem atendidas as despesas da construção de ponte.

§ 2º. Os recursos poderão ser delegados, mediante convênio, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que fará sua aplicação.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Estão, em consequência, prejudicados o Substitutivo, e as emendas. O projeto será arquivado e feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

São as seguintes as emendas prejudicadas:

EMENDA Nº 1-C

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação sendo porém o disposto no art. 2º executado no exercício financeiro da União de 1958.

SUBSTITUTIVO

Art. 1º. O Orçamento da União consignará, durante cinco (5) exercícios, no subanexo da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia, a dotação de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), para a construção da ponte rodoviária sobre o rio Tocantins, entre Tocantinópolis, no Estado de Goiás, e Porto Franco, no Estado do Maranhão.

Parágrafo único. A dotação de que trata este artigo será dividida, em parcelas iguais, no discriminação orçamentária dos Estados de Goiás e do Maranhão, no referido Subanexo.

Art. 2º. A construção da ponte a que se refere esta lei poderá ser executada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, mediante convênio com a Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1961, que dispõe sobre o horário de trabalho dos servidores públicos federais da administração centralizada ou autárquica que, em caráter policial, exercem funções de Guardas ou Vigilância, tendo, Pareceres (ns. 411, 412, 413, de 1962 e 244, 245 e 346, de 1963, das Comissões: De Constituição e Justiça; De Serviço Público Civil e De Finanças, favoráveis ao projeto e contrário à emenda de Plenário.

O Projeto deverá ser votado em escrutínio secreto, sem prejuízo das emendas.

O projeto tem pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, Serviço Público e Finanças. A emenda a ele apresentada recebeu pareceres contrários das referidas Comissões.

Passa-se à votação, em primeiro lugar, do projeto.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa).

Vai-se proceder à apuração. (Pausa).

Votaram sim 24 Srs. Senadores; votaram não, 11 Srs. Senadores. Houve uma abstenção.

O projeto foi aprovado.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 1961

Dispõe sobre o horário de trabalho dos servidores públicos federais da administração centralizada ou autárquica que, em caráter policial, exercem funções de Guarda ou Vigilância.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O regime normal de trabalho dos servidores públicos federais da administração centralizada ou autárquica que, em caráter policial, exercem funções de Guarda ou Vigilância, é de 36 (trinta e seis) horas semanais, assegurado 1 (um) dia de descanso semanal remunerado.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não prejudica a prestação, na forma de legislação específica, de serviço extraordinário, que não poderá ultrapassar o limite de 18 (dezoito) horas semanais.

Art. 2º. Será contado com 1 (um) dia de serviço, para efeito de cálculo de proventos e aposentadoria, cada período de 6 (seis) horas de prorrogação de trabalho.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à votação da emenda, de autoria do ex-Senador Paulo Fender. Tem ela a seguinte redação:

“Onde convier. Acrescente-se ao artigo:

“E’ reconhecido ao funcionário público das repartições federais e autárquicas lotados em Brasília o direito de cumprir o horário corrido, em vigor nas demais unidades da Federação”.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa).

Se todos os Srs. Senadores já votaram, declararei encerrada a votação. (Pausa).

Está encerrada.

Vai proceder-se à apuração. (Pausa).

Votaram não trinta Senhores Senadores; votaram sim, sete. Houve uma abstenção.

A emenda foi rejeitada.

O projeto irá à Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 26, de 1963, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia, para o cargo de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado, o Taquígrafo-Revisor José Campos Brício.

Em discussão. (Pausa).

Nenhum dos Srs. Senadores pediu a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora, para redação final.

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do Art. 265 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado, número 46, de 1963, que prescreve o estabelecimento de convênios, entre a União e os Municípios, para efeitos fiscais, tendo Parecer sob o nº 301, de 1963, da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade.

Em discussão o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela inconstitucionalidade. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. O projeto está rejeitado e será arquivado.

E’ o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 1963

Prescreve o estabelecimento de convênios, entre a União e os Municípios, para efeitos fiscais.

(Do Senador Vasconcelos Tôrres)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O Poder Executivo através do Ministério da Fazenda, proporá a todos os Municípios do País, o estabelecimento de convênios pelos quais as partes contratantes se comprometem a uma completa permuta de facilidades e uma ação conjunta em defesa dos fiscos federal e municipal, visando de modo especial o melhor controle, da fiscalização do imposto de renda.

Art. 2º. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 52, de 1962, que declara de utilidade pública o Instituto Anatómico Benjamin Baptista, sediado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, tendo, Pareceres favoráveis (sob ns. 298, 299 e 300, de 1963, das Comissões: De Constituição e Justiça; De Educação e Cultura; e De Saúde Pública.

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação deverá ser feita em escrutínio secreto.

Os Senhores Senadores já podem votar. (Pausa).

Vai-se proceder à apuração. (Pausa).

Votaram apenas 32 Senhores Senadores.

Não se verificou o quorum.

Vai-se proceder à chamada.

Procede-se à chamada de Norte para Sul.

Respondem à chamada os Senhores Senadores:

Adalberto Sena
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Cattete Pinheiro
Zacharias de Assumpção
Lobão da Silveira
Eugênio Barros
Sebastião Archer
Victorino Freire
Benezes Pimentel
Córtez Pereira
Manoel Vilça
Salviano Leite
Argemiro de Figueiredo
Domicio Gondin
Pessoa de Queiroz
Ernirio de Moraes
Silvestre Péricles
Arnon de Melo
Heribaldo Vieira
Dilton Costa
Leite Neto
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Jefferson de Aguiar
Raul Giuberti
Aarão Steinbruch
Gouveia Vieira
Gilberto Marinho
Moura Andrade
José Feliciano
Pedro Ludovico
Gastão Muller
Adolpho Franco
Mello Braga
Antônio Carlos
Atilio Fontana
Guido Mondin
Daniel Krieger — (40).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 40 Senhores Senadores. Há número. Vai-se repetir a votação.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa).

Está encerrada a votação.

Vai-se proceder à apuração. (Pausa).
Votaram sim, 34 Senhores Senadores; votaram não 4 Senhores Senadores. Houve 2 abstenções.

O projeto foi aprovado.

Voltará, oportunamente, para o segundo turno regimental.

E’ o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, DE 1962

Declara de utilidade pública o Instituto Anatómico Benjamin Baptista sediado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. E’ declarado de utilidade pública, para todos os efeitos, o Instituto Benjamin Baptista, sediado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Art. 2º. Nesta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura do Requerimento de dispensa de interstício, de autoria do nobre Senador Gilberto Marinho, para o Projeto de Resolução nº 26, de 1963.

E’ lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 533, de 1963

Nos termos dos artigos 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requereio dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 26, de 1963.

Sala das Sessões em 1º de agosto de 1963. — *Gilberto Marinho.*

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se a discussão, em turno único, da Redação Final do Projeto de Resolução nº 26, de 1963.

Em discussão a Redação Final (Pausa).

Em discussão a Redação Final. Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

O projeto irá à promulgação.

E’ o seguinte o parecer aprovado:

Requerimento nº 535, de 1961

Redação final do Projeto de Resolução nº 26, de 1963, que nomeia para o cargo de Diretor PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado, o Taquígrafo-Revisor, José Campos Brício.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 26, de 1963, aprovado, sem emenda, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº ... DE 1963

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E’ nomeado, de acordo com o art. 85, letra c, item 2, do Regimento Interno, combinado com o art. 75, item IV, letra a, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado de provimento efetivo, de Diretor, PL-1, o Taquígrafo-Revisor, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, José Campos Brício.

Sala da Comissão Diretoria, em agosto de 1963.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador José Feliciano. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, há pouco tempo tratei, neste Plenário, do problema da tuberculose no Brasil e, particularmente, na Bahia.

Ao enumerar as instituições que, no Estado da Bahia, cuidam do problema da tuberculose, referi-me à Fundação Antituberculosa Santa Tereza, acrescentando que se tratava de organização pobre, que não mantinha um só estabelecimento por si mesma.

Acabo de receber uma carta da Dra. Cora de Moura Pedreira, apresentando uma informação que vale como retificação e que cumpro o dever de trazer ao Plenário.

Diz ela:

(Lendo)

E’, efetivamente, a Fundação Anti-Tuberculose Santa Teresinha uma instituição pobre. Mantém, todavia, um dispensário de tuberculose, o Dispensário “César de Araújo”, Rua General Argolo — Baixa de Quintas, um Preventório Santa Teresinha, Av. D. João VI, 275 e um Serviço Social do Tuberculoso Pobre — Rua Gal. Argolo.

O dispensário é considerado a unidade de vanguarda na luta contra a tuberculose; o elemento de eficiência no armamento especializado.

Para resumir, bas informar-lhe que o Dispensário "César de Araújo", em 1962 ofereceu o seguinte movimento:

Pessoas atendidas	8.859
Matrículas novas	6.087
Tuberculosos novos matriculados	290
Tuberculosos em tratamento	326
Raios X (abreugrafias) ..	8.724
Exames de Laboratórios ..	379
Altas por cura	36
Em observação para alta por cura	64

Estes dados são um resumo do relatório oficial que apresentamos ao Serviço Nacional de Tuberculose e às demais autoridades federais e estaduais.

O Preventório é conhecido como o "Lar do filho do tuberculoso pobre na Bahia". Mantém cem crianças internadas. Não é órgão de vanguarda, entretanto, permanece em nosso esquema para atender aos filhos de tuberculosos, miseráveis e doentes, binômio do subdesenvolvimento, que nem podem ir ao dispensário, receber tratamento, por não ter com quem deixar as crianças, muitas vezes sem pai.

O Serviço Social do tuberculoso atende a trzentos doentes que recebem, das mãos dedicadas de Senhoras da nossa melhor sociedade, gêneros alimentícios, vestuários, alugueres de casa, camas e colchões, além de assistência jurídica, médica e religiosa entre outras atividades e benemerências.

Estes órgãos são mantidos às custas de subvenções federais, estaduais e municipais, (em longo atraso de pagamento), contribuição de associados, renda dos juros de apólices, doadas pelo benemérito Governo Otávio Mangabeira e, sobretudo, por promoções sociais das incansáveis senhoras da Fundação Anti-Tuberculosa Santa Terezinha, fundada em 1936.

Como acentuei ao proferir o meu discurso, a Fundação Santa Terezinha inclui-se entre as Instituições que prestam valiosos serviços à população baiana, no setor do combate à tuberculose. Aditei mesmo, embora cuidadosamente do Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose, que era justo destinasse o Governo auxílios e recursos a todas as Instituições referidas, inclusive à Fundação Santa Terezinha.

Conheci-a; de outro lado, os três estabelecimentos mencionados na carta, cujo trecho principal acabo de ler, a eles não fiz menção porque estava na presunção de que já integravam os serviços oficiais do Estado, submetidos à Divisão de Tuberculose. Sem nenhum constrangimento, porém, trago ao conhecimento da Casa as observações desta carta, para que a retificação se faça; e, mais do que isso, para que o Governo, tomando conhecimento, pormenorizadamente, dos valiosos serviços que presta a Fundação Antituberculosa Santa Terezinha, possa garantir-lhe, no âmbito federal, o pagamento das verbas que lhe são destinadas no Orçamento da República.

Estas informações são valiosas e merecem todo o crédito, até porque suscitadas por médica especializada e reconhecidamente idônea, a doutora Cezar de Moura Pereira.

...o que tinha que dizer. (Muito ...)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho. (Pausa).

S. Ex.^a não se encontra no Plenário.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando, para a próxima, a seguinte:

ORDEM DO DIA

SESSÃO DE 2 DE AGOSTO DE 1963

Sexta-feira)

1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 321, de 1963) do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1963, que declara de utilidade pública a Sociedade Mineiro-Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

2

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 525, de 1963, pelo qual o Sr. Senador Eugênio Barros solicita o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1961, que transforma a Fundação Brasil Central em órgão da Administração Federal.

3

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 531, de 1963, em que o Sr. Senador Gouvêa Vieira e outros Srs. Senadores solicitam a criação de Comissão Especial, de 5 membros, para, até o fim da presente sessão legislativa, examinar os reflexos da inflação monetária e da política tributária e cambial na estrutura das empresas de iniciativa privada (dependente de parecer da Comissão de Economia).

4

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1963, de autoria do Senhor Senador Frederico Nunes, que declara de utilidade pública a Associação de Escolas Médicas (A. B. E. M.) com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo Pareceres favoráveis (sob ns. 296 e 297, de 1963) das Comissões: — de Constituição e Justiça e — de Educação e Cultura.

5

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 265 do Regulamento Interno), do Projeto de Lei do Senado, nº 48, de 1963, que altera a redação do artigo 29 do Decreto-lei nº 3.200 de 19 de abril de 1941, relativo ao abono familiar, tendo Parecer sob o nº 326, de 1963 da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 38 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Atos do Diretor Geral

O Diretor-Geral deferiu os seguintes requerimentos:

DP-16-63 — De Aroldo Lacerda Guimarães, Auxiliar de Limpeza, PL-11, em que solicita salário-família em relação a sua esposa e aos seus filhos: Livia, Sandra, Mara, E-les,

Aroldo e Jullio Cezar, a partir de julho de 1963;

Nº 490-63 — De Helena Brown, Auxiliar Legislativo, PL-9, em que solicita trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 8 de julho de 1963;

Nº 494-63 — De Pedro Cidral Mansur, Motorista, PL-9, em que solicita salário-família em relação a sua filha Cléia, a partir de junho de 1963;

Nº 423-63 — De José Flavio Motta da Costa, Motorista, Auxiliar, PL-10, em que solicita salário-família em relação a seu filho José Flavio, a partir de junho de 1963;

Nº 493-63 — De Aloísio Menezes Evaristo, Guarda de Segurança, PL-9, em que solicita salário-família em relação a seu filho Angelo Pedro, a partir de junho de 1963;

DP-8-63 — De Carmen Lúcia de Hollanda Cavalcanti Vilhena, Oficial Legislativo, PL-8, em que solicita a licença de que trata o artigo 273 da Resolução nº 6, de 1960, a partir de 23 de junho de 1963;

DP-4-63 — De Gilberto Fernandes Alves, Oficial Legislativo, PL-8, em que solicita salário-família em relação a sua filha Mariza, a partir de julho de 1963;

DP-9-63 — De Rosa Maria de Barros Carvalho Czejkla, Oficial Auxiliar da A.A. PL-4, em que solicita salário-família em relação a sua filha Victória Amália, a partir de outubro de 1962;

Nº 414-63 — De Marcos Vieira, Oficial Arquivologista, PL-4, em que solicita abono de suas faltas ocorridas no período de 11 a 19 de maio de 1963, por motivo de gala;

Nº 488-63 — De Cecília Brasoni e Castro, Oficial Legislativo, PL-6, em que solicita 30 dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 8 de julho de 1963;

DP-3-63 — De Irton Siqueira Machado, Guarda de Segurança, PL-9, em que solicita salário-família em relação a seu filho Paulo Roberto, a partir de julho de 1963;

Nº 402-63 — De Guilherme Salgueiro de Oliveira, Auxiliar de Limpeza, PL-11, em que solicita salário-família em relação a sua filha Maria de Fátima, a partir de junho de 1963;

Nº 390-63 — De Aroldo Moreira, Oficial Legislativo, PL-3, em que solicita salário-família em relação a sua filha Ina, a partir de junho de 1963;

Nº 480-63 — De Celso Luiz Ramos de Medeiros, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita abono de sua falta ocorrida a 25 de junho de 1963 em virtude de exames escolares.

Concedeu férias relativas ao exercício de 1962, aos seguintes funcionários:

Maria Cherrubina Costa, Oficial Legislativo, PL-6, a partir de 8 de julho de 1963 (Requerimento nº 493-63);

Maria José Miranda de Siqueira Lima, Oficial Legislativo, PL-7, a partir de 1º de julho de 1963 (Requerimento s-n);

Pérola Cardoso Raulino, Oficial Bibliotecária PL-6, a partir de 25 de julho de 1963 (Requerimento nº 352 de 1963);

Joaquim Pio Ramos, Guarda de Segurança, PL-9, a partir de 22 de julho de 1963 (Requerimento s-n);

Paulo Trineu Pontes, Aux. Legislativo, PL-10, a partir de 15 de julho de 1963 (Requerimento nº 453-63);

Abonou, de acordo com os artigos 160, item 11 e 302 do Regulamento da Secretaria, as faltas abscisas discriminadas referentes ao mês de junho de 1963;

De Antônio Luiz da Rocha, Auxiliar de Portaria, PL-8, no dia 14;

De Alcebiades Ferreira, Auxiliar de Portaria, PL-8, no dia 3;

De Antônio José de Lima, Auxiliar de Limpeza, PL-11, nos dias 5, 6 e 7, considerando de licença para tratamento de saúde os dias 8, 9, 10, 11 e 12;

De Raymunda Pompeu de Saboya Magalhães, Oficial Legislativo, PL-7, nos dias 24, 25 e 26;

De Paulo Weguelin Delpech, Conservador de Documentos, PL-6, nos dias 25 e 26.

De Francisco de Assis Ribeiro, Oficial Legislativo, PL-7, no dia 26;

De Sylvia Minazi Mantovani, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 26;

De Cecília Brasoni e Castro, Oficial Legislativo, PL-6, nos dias 27 e 28;

De Genoveva Fonseca Ayres, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 28;

Abonou, ainda, referente ao mês de abril, as seguintes faltas:

De Evandro Mesquita, Auxiliar Legislativo, PL-8, nos dias 22, 23 e 24, considerando de licença para tratamento de saúde os dias 25, 26, 27, 28, 29 e 30;

De Francisco Rodrigues Soares Pereira, Taquígrafo-Revisor, PL-2, nos dias 19, 20 e 21.

Secretaria do Senado Federal, em 25 de julho de 1963. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.

Atos do Diretor Geral

O Diretor-Geral deferiu os seguintes requerimentos:

Nº 547-62 — De Pedro Martins de Souza, Motorista Auxiliar, PL-10, em que solicita salário-família em relação a seus dependentes Luiza Benvenida e Manuel Benvido, a partir de setembro de 1963;

Nº 142-63 — De Antônio Carlos Bandeira, Redator, PL-3, em que solicita abono de suas faltas ocorridas nos dias 28 e 29 de março de 1963;

Nº 491-63 — De Victor Rezende de Castro Calado, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita abono de sua falta ocorrida em 1º de fevereiro de 1963;

Nº 449-63 — De Edmar Lélis Paria Soares, Taquígrafo de Debates, PL-3, em que solicita abono de sua falta ocorrida em 3 de junho de 1963.

Concedeu licença para tratamento de saúde aos seguintes funcionários, nos termos do Art. 270, item I da Res. 6-60:

Aristides Seixas, Auxiliar de Limpeza, PL-11, vinte e cinco (25) dias, a partir de 6 de junho de 1963 (Requerimento nº 385-63);

Victor Lobo, Auxiliar de Portaria, PL-9, quinze (15) dias, a partir de 3 de junho de 1963 (Requerimento nº 348-63);

José Martins de Moraes, Auxiliar de Limpeza, PL-11, oito (8) dias, a partir de 7 de maio de 1963 (Requerimento nº 282-63);

No requerimento nº 269-63, de Paulo Rubens Pinheiro Guimarães, Auxiliar Legislativo, PL-10, exarou o seguinte despacho:

"Indefiro, tendo em vista a concessão da licença para tratar de interesses particulares, concedida ao requerente, a partir de abril último em 24-7-63."

Secretaria do Senado Federal, em 26 de julho de 1963. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.